



MPMT
Ministério Público
do Estado de Mato Grosso

Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente Natural
e do Meio Ambiente Urbano e Assuntos Fundiários

BOLETIM

INFORMATIVO

✉ cao.ambiental@mpmt.mp.br | cao.urbe@mpmt.mp.br

Boletim Informativo 05/2020

Cuiabá/MT, 09 de novembro de 2020

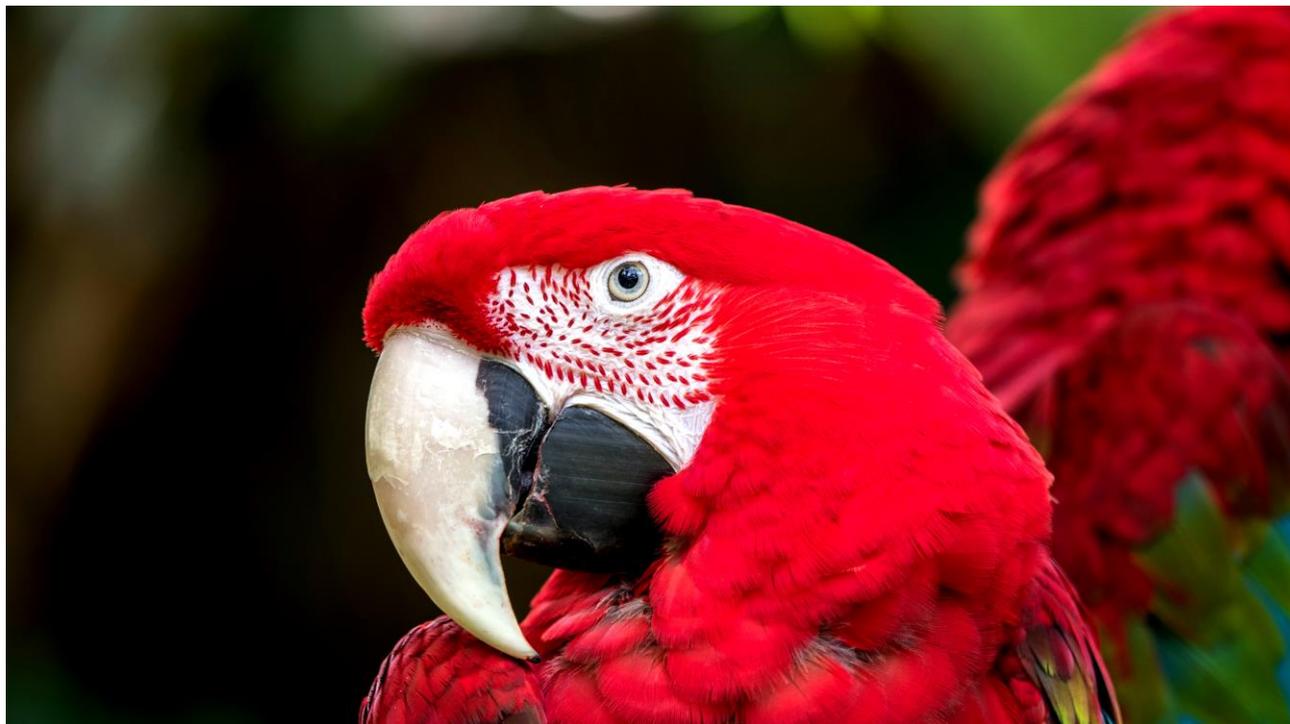


Foto: Jorge Reyna/Unsplash

Novidades Legislativas.....	02
Roteiro para atuação na área do Saneamento Básico.....	03
Material de Apoio.....	04
Eventos.....	05
Notícias.....	06
Jurisprudências.....	08
Ministério Público do Estado de Mato Grosso em Ação.....	12
Notícias do CNMP e Outros Ministérios Públicos.....	15
Artigos.....	18



1. NOVIDADES LEGISLATIVAS

- **Decreto Estadual nº 660 de 06.10.2020:** Regulamenta os artigos 62 e 62-B da Lei Complementar nº 38 de 21 de novembro de 1995, que dispõe sobre Código Estadual do Meio Ambiente e dá outras providências.
- **Decreto Estadual nº 659 de 01.10.2020:** Dispõe sobre a prorrogação do período proibitivo de queimadas no Estado de Mato Grosso.
- **Lei Estadual nº 11.220 de 01.10.2020:** Altera dispositivos da Lei nº 7.862, de 19 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos e dá outras providências.
- **Portaria nº 524 de 01.10.2020:** Institui, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e entidades vinculadas, grupo de trabalho para análise de sinergias e ganhos de eficiência em caso de fusão entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes.
- **Lei nº 14.066 de 30.09.2020:** Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, e o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração).
- **Lei Federal nº 14.064 de 29.09.2020:** Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para aumentar as penas cominadas ao crime de maus tratos aos animais quando se tratar de cão ou gato.
- **Portaria nº 518 de 29.09.2020:** Institui a modalidade Floresta+ Carbono, no âmbito da Portaria MMA nº 288 de 02 de julho de 2020 e conforme o inciso I do caput do artigo 41 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, com o objetivo de incentivar o mercado voluntário, público e privado, de créditos de carbono de floresta nativa.
- **Lei Estadual nº 11.206 de 25.09.2020:** Estabelece a obrigatoriedade de utilização de dispositivo refletivo de segurança em caçambas dispostas nas vias públicas.



- **Lei Estadual nº 11.194 de 24.09.2020:** Institui a Política Estadual de Incentivo ao Uso de Biomassa para a Geração de Energia.
- **Lei Complementar nº 671 de 24.09.2020:** Altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 38, de 21 de novembro de 1995, que dispõe sobre o Código Estadual do Meio Ambiente e dá outras providências.
- **Lei Federal nº 14.052, de 08.09.2020:** Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para estabelecer multa a ser paga aos usuários do serviço de energia elétrica, a Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, para estabelecer novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, a Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, para criar o Fundo de Expansão dos Gasodutos de Transporte e de Escoamento da Produção (Brasduto), a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para dispor sobre a destinação da receita advinda da comercialização do petróleo, do gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos destinados à União, e a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, para reduzir o prazo para solicitação de prorrogação de concessões de que trata essa Lei.
- **Lei Complementar nº 668, de 24 de Julho de 2020:** Altera dispositivos da Lei Complementar nº 592, de 26 de maio de 2017, que dispõe sobre o Programa de Regularização Ambiental - PRA, disciplina o Cadastro Ambiental Rural - CAR, a Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais e o Licenciamento Ambiental das Atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais, no âmbito do Estado de Mato Grosso, e dá outras providências; bem como dispositivo da Lei Complementar nº 233, de 21 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a Política Florestal do Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

2. ROTEIRO PARA ATUAÇÃO NA ÁREA DE SANEAMENTO BÁSICO

O Planejamento Estratégico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso (PEI 2020-2023) elegeu o saneamento básico como prioridade de atuação, estabelecendo ao Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente Urbano (CAO URBE) a atribuição de elaborar orientações e apoio aos promotores de justiça sobre o tema, notadamente, em relação aos componentes do abastecimento de água (qualidade da água distribuída à população) e de esgotamento sanitário.

O Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente Urbano (CAO URBE) e a Procuradoria-Geral de Justiça firmaram entendimento com o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT para realização de vistorias técnicas nos municípios

para verificação do cumprimento ou não das medidas elencadas nos planos municipais de saneamento básico.

Referidas vistorias técnicas foram encaminhadas ao MPMT e analisados pelo CAO URBE, com o objetivo de elaborar estratégias para viabilizar o cumprimento das ações de curto, médio e longo prazo estabelecidas nos planos de saneamento.

Nesse sentido, com o objetivo de auxiliar as Promotorias de Justiça na atuação na área de Saneamento Básico, foi elaborado pelo CAO do Meio Ambiente Urbano e Assuntos Fundiários, o Roteiro de Atuação na Área de Saneamento Básico que servirá de subsídio nas atividades dos Promotores. O intuito desse roteiro, portanto, é auxiliar e orientar a atuação dos órgãos de execução ministerial na temática do saneamento básico, cujo marco regulatório foi definido pela Lei Nacional de Saneamento Básico (LNSB), encartada na Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007 e nas alterações promovidas pela Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020.

O aludido material de apoio é composto por modelos de Portaria, Recomendação, Termo de Ajustamento de Conduta e Ação Civil Pública, contendo também o Relatório da Auditoria do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, referente à verificação do atendimento das metas e cronogramas previstos nos planos municipais de saneamento.

Dessa forma, com base nas vistorias realizadas pelo TCE, foi encaminhado a cada Promotoria de Justiça o material com o diagnóstico da situação da política de saneamento básico implementada no município para que cada promotor da cidade possa, com o auxílio da equipe técnica do CAO e das entidades parceiras, enfrentar o problema de esgotamento sanitário e qualidade da água na sua cidade.

O CAO do Meio Ambiente Urbano e Assuntos Fundiários disponibiliza o Roteiro de Atuação para que todos tenham acesso no Portal do CAO URBE, ou **[clikando AQUI](#)**.

3. MATERIAL DE APOIO

Cartilha “Queimadas e Incêndios florestais: Efeitos das Queimadas na Saúde e na Natureza”

Buscando a prevenção e reparação de danos causados aos ecossistemas, o MPMT definiu, como um de seus objetivos no Planejamento Estratégico 2020-2023, elevar como prioritárias as ações de prevenção e de reparação de danos ambientais, por meio do fortalecimento do combate às queimadas.



MPMT
Ministério Público
do Estado de Mato Grosso

Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente Natural
e do Meio Ambiente Urbano e Assuntos Fundiários

BOLETIM

INFORMATIVO

cao.ambiental@mpmt.mp.br | cao.urbe@mpmt.mp.br

Diante do cenário de intensa degradação pelo fogo no Estado de Mato Grosso, o CAO Meio Ambiente Natural elaborou cartilha informativa contendo informações acerca dos efeitos nocivos das queimadas e dos incêndios florestais. O material, divulgado pela Procuradoria Especializada de Defesa do Meio Ambiente e da Ordem Urbanística e pode ser acessado no [sítio eletrônico do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente Natural \(clique aqui\)](#).



4. EVENTOS

4.1 Congresso Brasileiro de Direito Ambiental

Programação do 25º Congresso Brasileiro de Direito Ambiental, 15º Congresso Internacional de Direito Ambiental, 15º Congresso de Graduação e Pós-Graduação em Direito Ambiental e IX Prêmio José Bonifácio de Andrada e Silva. [Clique AQUI](#) para conferir os horários dos painéis e quem participará do evento nos dias 06 a 12 de novembro.



4.2 Audiência Pública virtual debate regularização ambiental em MT

A 15ª e a 16ª Promotorias de Justiça Cível de Cuiabá promoveram no dia 29 de outubro, a audiência pública virtual “Discussão sobre a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), do Programa de Regularização Ambiental (PRA) e do Sistema de Regularização Ambiental do Estado de Mato Grosso (SIMCAR)”. [Clique AQUI](#) para acessar na íntegra a Audiência Pública.

4.3 Webinário de Direito Ambiental

A Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa Ambiental e Ordem Urbanística promoveu o Webinário de Direito Ambiental, em parceria com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf) do Ministério Público de Mato Grosso e com a Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso do Sul. O evento ocorreu nos dias 22 e 23

de outubro, por meio do aplicativo Microsoft Teams, com transmissão simultânea pelo canal do MPMT no YouTube.

No dia 22 foi abordado o tema “Código Florestal: Aspectos Polêmicos”, com os promotores de Justiça Ana Luiza Avila Peterlini de Souza, coordenadora do Ceaf-MPMT, e Luciano Furtado Loubet, de Mato Grosso do Sul. E no dia 23 o tema abordado foi “Saneamento Básico e o Novo Marco Legal”, tendo como palestrantes os promotores de Justiça Murilo Bustamante, do Rio de Janeiro e Daniel Martini, do Rio Grande do Sul. **Clique AQUI** para acessar na íntegra o webinar “Código Florestal: Aspectos Polêmicos”. **Clique AQUI** para acessar na íntegra o webinar “Saneamento Básico e o Novo Marco Legal”.

5. NOTÍCIAS

5.1 Estados da Amazônia Legal divulgam diagnóstico de licenciamento ambiental

Os Estados da Amazônia Legal apresentam diagnóstico do licenciamento ambiental em quatro cadeias produtivas estratégicas para a região da Amazônia Legal: pecuária, agricultura de grande escala, manejo florestal madeireiro e manejo florestal não madeireiro. Veja na íntegra a notícia **AQUI**.

5.2 Estudo da Embasa/BA demonstra potencial do reúso de efluentes para agricultura e indústria

Estudo da Embasa demonstra potencial do reúso de efluentes para agricultura e indústria. Levantar o potencial de reúso de efluentes sanitários nos municípios baianos com foco no uso intensivo em agricultura, desenvolvimento do Semiárido e utilização industrial na Região Metropolitana de Salvador. Veja na íntegra a notícia **AQUI**.

5.3 Crimes contra o bioma amazônico resultaram em R\$ 664 milhões em multas contra infratores

O Governo de Mato Grosso, por meio da Operação Amazônia Arco Norte, coordenada pelo Comitê Estratégico para o Combate ao Desmatamento Ilegal, à Exploração Florestal e aos Incêndios Florestais (CEDIF-MT), aplicou R\$ 664,61 milhões em multas por crimes cometidos contra o bioma amazônico. Veja na íntegra a notícia **AQUI**.

5.4 Projeto institui processo judicial de regularização fundiária na Amazônia Legal

A regularização fundiária das ocupações rurais incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, poderá ser realizada por meio de processo judicial promovido pelo ocupante. Veja na íntegra a notícia [AQUI](#).

5.5 Pesquisadores apresentam metodologia para avaliar impactos de empreendimentos hidrelétricos

Em reunião extraordinária online, o Conselho Estadual de Pesca (Cepesca) apresentou a metodologia usada por pesquisadores de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul para avaliar os efeitos de implantação de empreendimentos hidrelétricos da região hidrográfica do Paraguai. Veja na íntegra a notícia [AQUI](#).

5.6 Equipe de fiscalização apreende maquinário usado em desmatamento ilegal em Colniza

A equipe de fiscalização ambiental formada por agentes da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e do Batalhão de Ronda Ostensiva Tático da Polícia Militar (Rotam) apreendeu uma pá carregadeira que estava sendo utilizada para desmatamento ilegal. Veja na íntegra a notícia [AQUI](#).

5.7 Audiências públicas sobre Plano Nacional de Resíduos Sólidos percorrem as regiões do País

O cronograma de audiências públicas para debater o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Planares) pelo Brasil iniciará nesta quarta-feira (14). A região Norte será representada pelo Estado de Rondônia, sendo o primeiro a receber o Ministério do Meio Ambiente (MMA) para abordar o tema com a participação da sociedade. Veja na íntegra a notícia [AQUI](#).

5.8 Ministério do Meio Ambiente lança sistema digital para parques urbanos

Aplicativo marca instituição do Programa Cidades+Verdes com ação concreta. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) instituiu na segunda-feira (21/9) o Programa Nacional para Áreas Verdes Urbanas Cidades+Verdes, voltado à gestão, ampliação, manutenção e recuperação de áreas verdes nas cidades. No dia do lançamento, o Programa faz sua primeira entrega concreta: o Cadastro Ambiental Urbano (CAU). Veja na íntegra a notícia [AQUI](#).



5.9 Governo Federal habilita 23 consórcios a receber apoio para estruturar concessões de manejo de resíduos sólidos urbanos.

Ao todo, 304 cidades da Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo deverão ser beneficiadas. Vinte e três consórcios municipais, que reúnem 304 cidades brasileiras, foram habilitados para estruturar projetos de concessão de serviços públicos de manejo de resíduos sólidos urbanos (RSU) nos moldes estipulados pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), pela Secretaria Especial do Programa de Parcerias e Investimentos (SPPI) e pela Caixa Econômica Federal. Veja na íntegra a notícia [AQUI](#).

6. JURISPRUDÊNCIAS

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Autorização de licença ambiental para centrais elétricas pela Assembleia Legislativa de MT é inconstitucional

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) declarou, por maioria de votos, a inconstitucionalidade do artigo 279 da Constituição do Estado de Mato Grosso, que submete à autorização da Assembleia Legislativa a expedição de licença ambiental para a construção de centrais hidrelétricas e termelétricas. A decisão foi tomada nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6350, julgada procedente na sessão virtual encerrada em 9/10. Veja na íntegra a notícia [AQUI](#).

Decisão impede abate sanitário de galos que seriam usados em “rinhas” em SC

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu parcialmente os efeitos de ato administrativo do Estado de Santa Catarina em que foi determinado o abate sanitário de 86 galos apreendidos em situação de maus tratos num galpão às margens de uma rodovia no Município de Massaranduba (SC), utilizado para a prática de “rinhas. Veja na íntegra a decisão [AQUI](#).

Tratado de Itaipu prevalece sobre a legislação brasileira, decide STF

As disposições do Tratado de Itaipu e seus anexos prevalecem sobre as prescrições das leis brasileiras, reconheceu, na última sexta-feira (4/9), o Plenário do Supremo Tribunal Federal. A sessão virtual coroou o final do julgamento das Ações Cíveis Originárias (ACOs) 1.904, 1.905 e 1.957 pelo Plenário da Corte, que, por unanimidade, considerou improcedentes todos os pedidos feitos pelo Ministério Público Federal nestas demandas. Veja na íntegra a notícia [AQUI](#).

Fachin manda município inscrever imóveis em programa urbano de moradia

Para mitigar danos pelo deslocamento em áreas de adensamento urbano não regularizadas, o ministro Luiz Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, reformou decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) para impor que o município de São Paulo inscreva moradores em programas de desenvolvimento urbano. Veja na íntegra a notícia [AQUI](#).

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Inclusão de imóvel rural em perímetro urbano não desobriga a constituição de reserva legal

A Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que a inclusão de imóvel rural no perímetro urbano do município não extingue a obrigação anterior de implementar a reserva legal, a qual só será extinta com o registro do parcelamento do solo para fins urbanos, conforme legislação específica e as diretrizes do plano diretor municipal. Veja na íntegra a notícia [AQUI](#).

Segunda Turma nega pedido de associação contra exigência de selo fiscal para vasilhames de água mineral

A Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou, por unanimidade, recurso em mandado de segurança interposto pela Associação Brasileira da Indústria de Águas Minerais (Abinam), que questionava a constitucionalidade de dois atos normativos estaduais da Paraíba, os quais, segundo a entidade, passaram a obrigar as empresas associadas a aporem selo fiscal em vasilhames retornáveis de água mineral. Veja na íntegra a notícia [AQUI](#).

Reserva legal deve ser mantida se imóvel virou urbano antes da nova lei florestal

A inserção do imóvel rural em perímetro urbano mediante lei municipal não desobriga o proprietário ou posseiro da manter a área de reserva legal obrigatória. Mesmo que isso tenha ocorrido ainda na vigência do anterior Código Florestal de 1965, que nada dispunha sobre a hipótese. Veja na íntegra a notícia [AQUI](#).

Sem prejuízo ao desenvolvimento urbano, loteador pode pedir cancelamento do procedimento de registro

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) estabeleceu que o loteador, ou quem se sub-rogou em seus direitos, pode pedir que seja cancelado o procedimento de

registro do loteamento, a menos que haja prejuízo para o desenvolvimento urbano ou que tenha sido realizado algum melhoramento na área e em suas adjacências. Veja na íntegra a notícia [AQUI](#).

Compensação de reserva legal não precisa ser feita na mesma microbacia, diz STJ

A compensação de reserva legal em imóvel rural não precisa ser feita em área da mesma microbacia ameaçada: basta que ocorra no mesmo bioma. Vale a norma prevista no Código Florestal de 2012, ainda que a degradação ambiental tenha ocorrido antes de sua vigência, pois o dispositivo em questão é expressamente retroativo. Veja na íntegra a notícia [AQUI](#).

TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS

TRF1 Concessionária de usina hidrelétrica é condenada por crime de poluição hídrica

A Justiça Federal em Lavras, Minas Gerais, condenou a empresa concessionária da Usina Hidrelétrica Engenheiro José Mendes Júnior (Hidrelétrica Funil) pelo crime de poluição hídrica em função da morte de aproximadamente quatro toneladas de peixes, em 2016. Veja na íntegra a decisão [AQUI](#).

TRF3 decide que Cetesb deve proteger restinga conforme norma ambiental

Em decisão obtida em recurso do Ministério Público Federal (MPF) em conjunto com Ministério Público do Estado de São Paulo (MP/SP), a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) foi condenada a observar a vigência da resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) que trata das Áreas de Preservação Permanente (APP) de restinga. Veja na íntegra a decisão [AQUI](#).

TRF4 reconsidera suspensão e Ibama e IMA devem obedecer a Lei da Mata Atlântica

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) reconsiderou a concessão de efeito suspensivo em agravo de instrumento contra decisão que determinou ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e ao Instituto do Meio Ambiente (IMA) de Santa Catarina que se abstenham de fazer cancelamento de autos de infração ambiental, termos de embargos e interdição e termos de apreensão, lavrados por constatação de supressão, corte ou utilização não autorizados de remanescentes de vegetação do bioma Mata Atlântica, bem como procedam fiscalização, licenciamentos e cadastro ambiental rural (CAR) em obediência à lei 11.428. Veja na íntegra a notícia [AQUI](#).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO

RECURSO INOMINADO – AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL – DIREITO AMBIENTAL – DESCARTE IRREGULAR CONSTATADO POR LAUDO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE – ALTO RISCO DE DANO AMBIENTAL. Acesse o inteiro teor da decisão **AQUI**.

AGRAVO DE INSTRUMENTO E AGRAVO INTERNO – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES E OBRAS DESENVOLVIDAS – FÁBRICA DE PAVERS – INSTALAÇÃO EM LOTEAMENTO COM FINALIDADE MISTA – NECESSIDADE DE CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. Acesse o inteiro teor da decisão **AQUI**.

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO CIVIL PÚBLICA AMBIENTAL – LANÇAMENTO IRREGULAR DE ÁGUA RESIDUAL DE LAVAGEM DE VEÍCULOS EM CÓRREGO E COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS SEM A RENOVAÇÃO TEMPESTIVA DA LICENÇA DE OPERAÇÃO – DANO AMBIENTAL NÃO EVIDENCIADO – RECURSO DESPROVIDO. Acesse o inteiro teor da decisão **AQUI**.

AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO CIVIL PÚBLICA — EXERCÍCIO DE ATIVIDADE ECONÔMICA EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE SEM LICENCIAMENTO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE – SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES ATÉ QUE SE PROVIDENCIE AS LICENÇAS AMBIENTAIS PELO ÓRGÃO COMPETENTE (SEMA) – DECISÃO REFORMADA – RECURSO PROVIDO. Acesse o inteiro teor da decisão **AQUI**.

AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO CIVIL PÚBLICA AMBIENTAL – OBRA PÚBLICA DE DUPLICAÇÃO DE RODOVIA – ADOÇÃO DE MEDIDAS MITIGADORAS DE IMPACTO AMBIENTAL – RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO ENTE PÚBLICO E DA EMPRESA EMPREITEIRA PELA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL DECORRENTE DAS OBRAS – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Acesse o inteiro teor da decisão **AQUI**.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARA FINS DE PREQUESTIONAMENTO – APELAÇÃO – AÇÃO CIVIL PÚBLICA AMBIENTAL – UTILIZAÇÃO DE AGROTÓXICO SEM AUTORIZAÇÃO DE USO EM TERRITÓRIO BRASILEIRO E DESTINAÇÃO FINAL INADEQUADA DE SUAS EMBALAGENS – DANO MORAL COLETIVO – CARACTERIZAÇÃO – ALEGADA OMISSÃO QUANTO À ANÁLISE PROBATÓRIA DO DANO MORAL COLETIVO – OMISSÃO NÃO VERIFICADA – PRETENSÃO DE ALTERAÇÃO DO RESULTADO DO JULGAMENTO – INVIABILIDADE – REJEIÇÃO. Acesse o inteiro teor da decisão **AQUI**.



MPMT
Ministério Público
do Estado de Mato Grosso

Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente Natural
e do Meio Ambiente Urbano e Assuntos Fundiários

BOLETIM

INFORMATIVO

✉ cao.ambiental@mpmt.mp.br | cao.urbe@mpmt.mp.br

7. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO EM AÇÃO

7.1 Procurador de Justiça conduz mesa em congresso de Direito Animal e Bioética

Realizado entre 06 e 09 de outubro de 2020, o **VII Congresso Mundial de Bioética e Direito Animal** teve por tema “Justiça ecológica e solidariedade interespécies”. Na oportunidade, o Procurador de Justiça da Procuradoria Especializada de Defesa Ambiental e da Ordem Urbanística, Dr. Luiz Alberto Esteves Scaloppe, conduziu a mesa temática “Desafios e perspectivas dos direitos da natureza e do Direito Animal na América Latina - Rede Latinoamericana do Ministério Público do Meio Ambiente”, representando o MP-MT e a Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (ABRAMPA). Confira a conferência na íntegra clicando **AQUI**.

7.2 Justiça decreta indisponibilidade de fazendas no Pantanal

A pedido do Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT), a Justiça decretou liminarmente a indisponibilidade de quatro fazendas na região do Pantanal, em Itiquira (a 357km de Cuiabá). As decisões foram proferidas pelo juiz de direito Rafael Siman Carvalho em ações civis públicas por dano ambiental ajuizadas em decorrência de desmatamentos ilegais detectados no âmbito do projeto Olhos da Mata, que combina tecnologias de sensoriamento remoto com dados públicos, visando coibir o desmatamento ilegal. Como não houve acordo extrajudicial na fase de inquérito civil durante as investigações, o MPMT buscou o Judiciário para cessar e reparar os danos causados ao meio ambiente. Veja na íntegra a notícia **AQUI**.

7.3 Liminar proíbe uso de “correntão” em desmatamentos

A pedido do Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT), a Justiça deferiu liminar contra o Estado, determinando que a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema) incluía, entre as medidas mitigadoras do Plano de Exploração Florestal e condicionante das Autorizações de Desmate, a vedação ao uso de “correntão” para os desmatamentos que forem autorizados. Com relação às autorizações vigentes, mas que não foram executadas em campo, a Vara Especializada do Meio Ambiente estabeleceu que sejam revistas de modo a contemplar a nova medida. Em caso de descumprimento da ordem, foi fixada multa diária no valor de R\$ 5 mil. Veja na íntegra a notícia **AQUI**.

7.4 Prevenção e reparação de danos aos ecossistemas são prioridades no MP

Dos 10 objetivos estratégicos estabelecidos pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso para até 2023, dois estão relacionados à defesa do meio ambiente natural e urbano. A realização de ações de prevenção e de reparação de danos aos ecossistemas está entre as prioridades da instituição. O combate ao desmatamento e às queimadas tem sido uma preocupação constante. Veja na íntegra a notícia [AQUI](#).

7.5 MPMT inicia projeto de monitoramento da qualidade do ar

A qualidade do ar na região do Centro Político Administrativo, em Cuiabá, passou a ser monitorada, a partir desta terça-feira (15), com a instalação de sensores na sede da Procuradoria-Geral de Justiça. O equipamento foi doado à Procuradoria Especializada de Defesa do Meio Ambiente pelo Ministério Público do Estado do Acre. Veja na íntegra a notícia [AQUI](#).

7.6 Análise do MP revela contaminação da APA Nascentes do Rio Paraguai

Durante as investigações promovidas para esclarecer a mortandade de peixes no Rio Paraguai e Córrego Melgueira verificada entre os dias 16 e 19 de março de 2019, o Centro de Apoio Operacional (Caop) do Ministério Público de Mato Grosso elaborou estudo que revelou a saturação de cursos de água por agrotóxicos e resíduos provenientes da suinocultura e de uma central hidrelétrica. Veja na íntegra a notícia [AQUI](#).

7.7 MPMT aciona Estado por danos ambientais causados pelo VLT

A 4ª Promotoria de Justiça Cível de Várzea Grande ajuizou Ação Civil Pública (ACP) com pedido de liminar contra o Estado de Mato Grosso, por degradação ambiental na área localizada atrás do Aeroporto Internacional Marechal Rondon, destinada à edificação do Centro de Controle Operacional (CCO) do Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT). Veja na íntegra a notícia [AQUI](#).

7.8 Inteligência artificial auxilia MPMT no combate ao desmatamento ilegal

Com base em informações obtidas por meio de inteligência artificial, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso identificou e acionou quatro proprietários rurais acusados de degradar 2,3 mil hectares na comarca de Feliz Natal (a 536km de Cuiabá). Veja na íntegra a notícia [AQUI](#).

7.9 PGJ defende comprometimento do governo com defesa do meio ambiente

Durante audiência pública virtual realizada pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária da Assembleia Legislativa no dia 07 de outubro, na qual o secretário de Estado de Fazenda, Rogério Gallo, apresentou um balanço das finanças estaduais referentes ao segundo quadrimestre de 2020, o procurador-geral de Justiça, José Antônio Borges Pereira falou da sua preocupação com os eventuais impactos da seca que atinge Mato Grosso na economia estadual. Veja na íntegra a notícia [AQUI](#).

7.10 MPMT destaca integração e comemora viabilização de Cetras

Em meio à crise provocada pelo desmatamento e queimadas em Mato Grosso, uma boa notícia: um dos Centros de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres (Cetras), previsto no plano de ação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, começou a operar. Veja na íntegra a notícia [AQUI](#).

7.11 Município é acionado para que faça gestão dos resíduos sólidos

A 2ª Promotoria de Justiça Criminal de Jaciara (a 144km de Cuiabá) ajuizou duas ações civis públicas contra o Município de São Pedro da Cipa (a 155km da Capital), visando a gestão ambientalmente correta dos resíduos sólidos. Em uma delas, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT) requereu que o Executivo Municipal seja condenado ao pagamento de multa pelo dano ambiental causado, bem como a imediatamente deixar de destinar os resíduos ao município de Juscimeira. Veja na íntegra a notícia [AQUI](#).

7.12 Liminar obriga empresa a regularizar fornecimento de água em Campo Verde/MT

A Justiça acolheu pedido liminar efetuado pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso e determinou à empresa Águas de Campo Verde que garanta o fornecimento ininterrupto de água a todos os consumidores existentes e que estejam em situação regular no município. A demanda deverá ser atendida regularmente sob pena de incidência de multa diária fixada em R\$ 20 mil para cada bairro desatendido. Veja na íntegra a notícia [AQUI](#).



8. NOTÍCIAS DO CNMP E DE OUTROS MINISTÉRIOS PÚBLICOS

8.1. Lançado o Boletim Informativo da Comissão do Meio Ambiente do CNMP

A Comissão do Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público (CMA/CNMP), anunciou em 8 de setembro, o lançamento do Boletim Informativo da CMA. A edição número 1 trouxe informações sobre a atuação da comissão de janeiro a agosto deste ano. Veja na íntegra o artigo [AQUI](#).

8.2 CMA/CNMP promove oficinas de capacitação de combate a queimadas e ao desmatamento ilegal na Amazônia

Em outubro, a Comissão do Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público (CMA/CNMP), presidida pelo conselheiro Luciano Nunes Maia, promove seis oficinas de capacitação das forças-tarefa de combate a queimadas e ao desmatamento ilegal na Amazônia dos Ministérios Públicos da Amazônia Legal. Veja na íntegra o artigo [AQUI](#).

8.3 CNMP celebra acordo de cooperação para acesso do Ministério Público à Plataforma MapBiomias Alerta

No dia 13 de outubro, foi realizada a assinatura simbólica do [acordo de cooperação](#) que disponibiliza aos membros do Ministério Público acesso à plataforma MapBiomias Alerta, para monitoramento da cobertura vegetal e do uso da terra no Brasil a partir de imagens de alta resolução. Veja na íntegra o artigo [AQUI](#).

8.4 MPTO firma acordo que viabiliza a regularização ambiental de empreendimentos por meios alternativos de solução de conflitos

O intercâmbio e informações com o objetivo de operacionalizar análises para a regularização ambiental de empreendimentos e a viabilização da solução destes conflitos por meios alternativos à judicialização é o propósito do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério Público do Tocantins (MPTO), o Tribunal de Justiça do Tocantins (TJO), o Estado do Tocantins, a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH) e o Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins). Veja na íntegra o artigo [AQUI](#).

8.5 MPSC lança cartilha de proteção e bem-estar animal

Em celebração ao Dia Mundial dos Animais, o MPSC reforça a importância da conscientização sobre os direitos dos animais. Veja na íntegra a notícia [AQUI](#).

8.6 Usinas hidrelétricas: MPF defende estudo na bacia hidrográfica do Pantanal Mato-Grossense para concessão de licença

Garantir a realização da avaliação ambiental estratégica (AAE) da bacia hidrográfica do Alto Paraguai, para a concessão de licença ambiental para construção de usinas hidrelétricas no bioma Pantanal. Veja na íntegra a notícia [AQUI](#).

8.7 MPF e MP/MG ajuízam ação para proibir comercialização de leite com hormônios e resíduos contaminantes

O Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MP/MG) ajuizaram uma ação civil pública, com pedido de liminar, para obrigar a União, por meio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), a mudar a forma que é realizada a fiscalização do leite de origem bovina e impedir a produção, a industrialização e a comercialização dele e de seus derivados com a presença de quaisquer resíduos e contaminantes. Veja na íntegra a notícia [AQUI](#).

8.8 Caso Samarco: Ministérios Públicos e Defensorias Públicas pedem retomada do trâmite da ação que pede reparações de R\$155 bi pelos danos causados com o rompimento da barragem de Fundão

Na quarta-feira, 30 de setembro, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), o Ministério Público Federal (MPF), a Defensoria Pública da União (DPU), a Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPEES) e a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPEMG) peticionaram ao Juízo da 12ª Vara Federal requerendo o imediato retorno do andamento processual da Ação Civil Pública (nº 0023863-07.2016.4.01.3800) que pede a condenação da Samarco, Vale e BHP Billiton na obrigação de reparar integralmente os danos socioambientais e socioeconômicos causados pelo desastre do rompimento da barragem de Fundão, ocorrido no dia 5 de novembro de 2016, em Mariana. Veja na íntegra a notícia [AQUI](#).

8.9 MPSP: Gaema obtém decisão que obriga município de Assis a regularizar destinação do lixo

Resíduos vêm sendo descartados em área sem licenciamento ambiental. O município de Assis foi condenado em ação do Núcleo Médio Paranapanema do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (Gaema) a regularizar a destinação de seus resíduos sólidos. Pela decisão, o Poder Executivo local fica impedido de seguir despejando lixo na antiga Usina de Reciclagem e Compostagem, situada à Rodovia Benedito Pires, assim como em outros locais que também não contem com o devido licenciamento ambiental. Veja na íntegra a notícia [AQUI](#).

8.10 MPPR recomenda a municípios a suspensão de audiências públicas sobre planos diretores

O Ministério Público do Paraná, por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Marechal Cândido Rondon, no Oeste do estado, emitiu recomendações administrativas para a suspensão de audiências públicas previstas para ocorrerem em Marechal Cândido Rondon (em 6 de outubro) e em Quatro Pontes (em 30 de setembro), municípios que integram a comarca. As reuniões foram programadas para discussão com a população de questões relacionadas aos planos diretores dos dois municípios. Veja na íntegra a notícia [**AQUI.**](#)

8.11 MPPA divulga Nota Pública sobre autocomposição no caso do aterro sanitário

MPPA verifica a inviabilidade de acordo e instaura inquérito para apuração dos riscos e danos socioambientais. O Ministério Público do Estado do Pará, por meio da 5ª Promotoria de Justiça Ambiental de Marituba, da 2ª Promotoria de Justiça Ambiental de Ananindeua e da 3ª Promotoria de Justiça Ambiental de Belém, informa que foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 002010-025/2020 com o objetivo de avaliar a possibilidade concreta de composição de acordo proposto pela Empresa Guamá Tratamento de Resíduos Ltda. Veja notícia na íntegra [**AQUI.**](#)

8.12 MPPA: Justiça mantém ação de execução do MP referente à área do Aurá

Ação cobra recuperação ambiental da área, prevista no cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta de 2013 sobre resíduos sólidos. O Ministério Público do Estado obteve uma decisão favorável da Justiça na terça (22), com a manutenção do processo de execução do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) dos resíduos sólidos assinado em 2013, no que se refere a cláusula que prevê a recuperação ambiental da área do Aurá pelos municípios da Região Metropolitana de Belém. Veja notícia na íntegra [**AQUI.**](#)

8.13 MPPR: Justiça acata pedido do MP e determina que Curitiba crie ações voltadas a atender os catadores de recicláveis e seus filhos

Atendendo pedido formulado em ação civil pública, a 4ª Vara da Fazenda Pública da capital determinou que o Município de Curitiba promova adequações nas iniciativas públicas previstas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos para atendimento dos catadores de materiais recicláveis e seus filhos. Veja notícia na íntegra [**AQUI.**](#)



8.14 MPSC: Prefeito de Laguna atende MP e veta lei que causaria prejuízos ambientais e urbanísticos

Projeto de lei que dispunha sobre a regularização fundiária urbana no município, se sancionado, representaria um retrocesso à proteção do meio ambiente. O Prefeito de Laguna seguiu uma recomendação do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) e vetou o Projeto de Lei 37/2020, para alteração da Lei Municipal 2.133/2020, que dispõe sobre a regularização fundiária urbana nesse município. Veja notícia na íntegra [AQUI](#).

9. ARTIGOS

9.1 Recursos de compensação ambiental podem ajudar a economia no entorno de unidades de conservação

O Brasil conta hoje com aproximadamente 2,4 mil unidades de conservação federais, estaduais, municipais e privadas que servem como refúgios para a biodiversidade nacional e impactam diretamente a economia do país. Veja na íntegra o artigo [AQUI](#).

9.2 Queimadas prejudicam solos e diminuem rentabilidade de agricultores amazônicos no longo prazo

A prática da queimada acaba resultando em uma armadilha para os agricultores: por um lado, o fogo é atraente porque faz o trabalho de fertilizantes, pesticidas e mão-de-obra de graça; por outro, o fogo degrada o solo e, no longo prazo, se mostra menos lucrativo em comparação com sistemas agrícolas que usam maquinário, integram árvores em terras agrícolas ou alternam pastagens. Veja na íntegra o artigo [AQUI](#).

9.3 Responsabilidade criminal na ausência do licenciamento ambiental

O licenciamento ambiental é considerado tão importante que a sua ausência ou o seu descumprimento é tipificado criminalmente. Na verdade, a Lei 9.605/98 se refere diretamente ao licenciamento ambiental no que diz respeito à criminalização de condutas ambientalmente nocivas nos artigos 60, 55, 66, 67 e 69-A. Ver na íntegra o artigo [AQUI](#).

9.4 Resiliência urbana e o impacto da Covid-19 nas cidades

Cidades resilientes se reinventarão após a pandemia de coronavírus. A resiliência é tradicionalmente relacionada à elasticidade e possibilidade de um material retornar à sua forma original após uma tensão ou deformação. Etimologicamente, o termo resiliência deriva da palavra latina resilio: recuperar. Embora tenha sido difundido na física, ao longo

do tempo esse conceito passou a ser utilizado em áreas diversas, como comportamento humano, gestão organizacional e até mesmo no urbanismo. Veja na íntegra o artigo [AQUI](#).

9.5 O calcanhar de Aquiles do novo marco do saneamento: a instituição de garantias pelos municípios ao parceiro privado em contratos de PPP e concessões

Marco do saneamento e o oferecimento de garantias. A aprovação do novo marco do saneamento trouxe consigo a expectativa de atrair investimentos para o setor estimados entre R\$ 500 e R\$ 700 bilhões no prazo de 10 anos. Veja na íntegra o artigo [AQUI](#).

9.6 ARTIGO JURÍDICO: Monumentos nacionais como instrumentos de proteção do patrimônio cultural

No final do século XIX e início do século XX verifica-se, em âmbito mundial, o surgimento de iniciativas que buscavam institucionalizar a proteção oficial para os monumentos históricos. Oriundo, etimologicamente, do substantivo latino “*monumentum*”, fruto do verbo “*monere*”, seu significado está relacionado aos sentidos de “advertir”, “lembrar à memória”, vinculando-se a artefatos ou conjuntos de artefatos frutos da produção humana e que guardam uma função coletiva identificatória. Veja na íntegra o artigo [AQUI](#).

Boletim Informativo CAO do Meio Ambiente Natural e do Meio Ambiente Urbano e Assuntos Fundiários

Equipe Técnica:

Dra. Maria Fernanda Corrêa da Costa – Promotora de Justiça – Coordenadora do CAO Meio Ambiente Natural

Dr. Carlos Eduardo Silva – Promotor de Justiça – Coordenador do CAO Meio Ambiente Urbano e Assuntos Fundiários

Viviane Araújo Batistella – Oficial de Gabinete – CAO Meio Ambiente Urbano e Assuntos Fundiários

Flávia Maria de Abreu Viana – Auxiliar Ministerial – CAO Meio Ambiente Natural

Marina Paula Signor Bernardes – Auxiliar Ministerial – CAO Meio Ambiente Urbano e Assuntos Fundiários